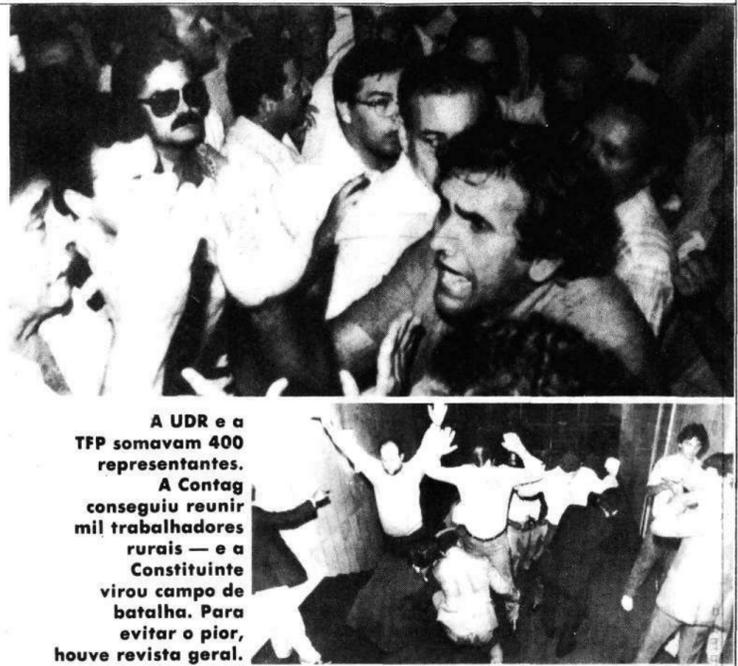


## POLÍTICA



A UDR e a TFP somavam 400 representantes. A Contag conseguiu reunir mil trabalhadores rurais — e a Constituinte virou campo de batalha. Para evitar o pior, houve revista geral.

**Com uma multidão de lobistas pressionando por todo o Congresso, mais uma guerra de insultos e tapas entre UDR e Contag, a Constituinte virou um caos.**

# UM DIA DE TUMULTOS

Empurrões, tapas, palavrões, palavras de ordem, insultos, alguns desmaios e uma guerra para conseguir as senhas que dão direito a entrar nas galerias do plenário para a discussão e votação da Comissão da Ordem Econômica, agitam ontem o Congresso Nacional. De um lado, 400 representantes da União Democrática Ruralista e até da Tradição, Família e Propriedade vindos de todo o País; do outro, quase mil trabalhadores rurais, posseiros e sem-terra, trazidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Comissão Pastoral da Terra e Central Única dos Trabalhadores. A Constituinte virou um caos.

Já de manhã, os representantes da UDR, que reservou 1.500 vagas nos principais hotéis de Brasília, começaram a ocupar o Salão Verde da Câmara, junto com os trabalhadores rurais, que estão alojados pelas salas e corredores da sede da Contag, onde também recebem comida. A convivência inicial foi pacífica, com os grupos divididos, sentados democraticamente lado a lado nos tapetes da Câmara.

Com a disputa pelas senhas junto aos constituintes que apóiam um e outro grupo, o ambiente esquentou e, pouco depois das 3h da tarde, as manifestações começaram. Posseiros iam em grupos, de mãos dadas, e cercando os ruralistas, gritando: "Um, dois, três, UDR no xadrez". A reação foi imediata. A UDR contra-atacava: "Um, dois, três, invasores de terras no xadrez". Outras palavras de ordem surgiram: "Trabalhadores unidos jamais serão vencidos"; "um, dois, três, quatro, cinco mil, reforma agrária em todo o Brasil".

Os grupos que se chocavam, se insultavam, e a UDR reagia, gritando: "Brasil, Brasil", ou "um, dois, três, comunistas no xadrez". Os ruralistas foram encurralados, depois avançaram bloqueando a passagem para o Senado. Imediatamente, os posseiros se uniram e, no confronto, houve troca de tapas, muitos empurrões, palavrões, logo dominados pelos 169 seguradoras da Câmara e 150 do Senado chamados às pressas.

Depois do conflito, José Francisco da Silva, presidente da Contag, dizia que os trabalhadores do campo reagiram "às provocações", enquanto Salvador Farina, vice-presidente da UDR, denunciava "a violência dos comunistas da CPT". Entre os ruralistas os mais exaltados eram 150 representantes da UDR gaúcha de bombachas, botas e tomando até chimarrão.

## Mobilização

Enquanto a Contag mobilizava os deputados da esquerda, a UDR se reunia no gabinete do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), telefonando para todo o Brasil, convocando seus membros para vir imediatamente a Brasília. "Estamos em minoria. É urgente. Precisamos lotar as galerias", dizia, aflito, Gilberto Moraes, presidente da UDR do Rio Grande do Sul.

Tanto os posseiros como os ruralistas decidiram distribuir as senhas de ingresso para as galerias entre os líderes dos grupos, com o compromisso de cada um permanecer lá dentro por apenas duas horas e, depois, ceder o lugar a outro.

Quando as coisas se acalmaram no Salão Verde da Câmara, os 120 representantes da Associação Profissional das Empregadas Domésticas, lideradas por Ana Maria Dagoberro, presidente das Domésticas do Brasil, iniciaram protesto junto à comissão de Ordem Social no Senado, reclamando pela demora em obter as senhas de ingresso. E

gritavam também que querem 13º salário, 20 dias de férias, Fundo de Garantia, seguro desemprego, 40 horas semanais e licença de gravidez. Uma confusão.

Antônio Ernesto Pinkovsky, chefe da segurança do Senado, estava tranqüilo, apesar dos conflitos. "Nas votações importantes sempre há problemas, mas tudo acaba sendo superado", disse. Ele combinou com os seguradoras da Câmara que todos que entrarem nas galerias serão revistados e que nenhuma arma será permitida. Explicou, ainda, que no caso de uma emergência há um esquema combinado com a Polícia Militar do Distrito Federal, que poderá ser acionada. As 22 entradas do Congresso estão policiadas.

Pinkovsky disse que não sabia de nada, mas a UDR contratou vários seguradoras para proteger seus membros. "Só posso dizer que não vamos permitir ninguém armado e, no corpo a corpo, nossos agentes são treinados para dominar qualquer conflito".

## Pressões

Mais de 300 agricultores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Amazonas se reuniram ontem pela manhã na presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para discutir sobre a pressão que a classe pretende intensificar neste período de votação do relatório da Comissão da Ordem Econômica. Segundo o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faespa), Fábio Meirelles, a classe produtora do País não aceitará nenhuma proposta de caráter ideológico "seja comunista ou socialista" — dos constituintes no campo da reforma agrária.

"É preciso que os constituintes tenham consciência de que os agricultores e o povo brasileiro esperam que a política de assentamento, a ser estabelecida na nova Constituição, seja iniciada, em primeiro lugar, nas terras públicas e devolutas (desabitadas) e depois nas áreas improdutivas", afirmou o presidente da Faesp. "As lideranças dos produtores não aceitarão de forma alguma e nem mesmo com pagamento à vista pelo governo, qualquer desapropriação em terras produtivas".

Fábio Meirelles lembrou que há mais de 30 dias as lideranças da agropecuária brasileira estão em contato permanente com membros da Câmara e do Senado em Brasília, para evitar que a constituinte adote uma decisão de caráter ideológico e emocional sobre a questão da reforma agrária. "Nós não estamos exercendo pressão, nem impondo nada. Estamos apenas fazendo uso do nosso direito democrático", acrescentou.

O presidente da Faesp afirmou ainda que os agricultores esperam da nova Constituição uma política verdadeira e consistente, com definição de metas adequadas, financiamentos reais, juros compatíveis, uma melhor forma de colocação dos produtos no mercado interno e uma política cambial realista para os produtos de exportação. "O que a CNA deseja é evitar que, por razões ideológicas, o País possa ser arrastado para uma grave crise de falta de alimentos, gerando o caos na agricultura e a fome do povo brasileiro", complementou o presidente da confederação, Flávio da Costa Brito.

No final da noite, a sessão foi suspensa por uma hora — e retomada às 23 horas. A decisão foi do presidente da comissão, que tinha por objetivos "serenar os ânimos" da UDR em confronto com os trabalhadores.



Trabalhadores da Contag: só "reagindo às provocações".



A UDR gaúcha, de bombacha e chimarrão: os mais exaltados.

## ECONOMIA

**A intenção era agradar liberais e estatizantes. Desagradou a ambos.**

O projeto final apresentado na tarde de ontem à Comissão da Ordem Econômica pelo relator, senador Severo Gomes, apesar de concessões a liberais e estatizantes desagradou às duas correntes predominantes na comissão. Assim como a proposta preliminar de Severo Gomes, alguns pontos foram considerados inaceitáveis por ambos os lados, o que acirrou ainda mais os ânimos com vistas à votação iniciada à noite, com as galerias da Câmara lotadas por trabalhadores e proprietários rurais.

A questão da reforma agrária é a que provocou maior mobilização de público e radicalização entre os constituintes. Os liberais não admitem a desapropriação para fins de reforma agrária de imóveis produtivos. "Não estamos aqui defendendo proprietários, estamos defendendo produtores", afirmou Afif Domingos (PL-SP), alegando que não há argumentos convincentes para desmembrar uma fazenda em plena produção.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que liderou na Sub-comissão da Política Agrícola e Reforma Agrária a vitória dos liberais, tem a mesma opinião: "Aceitamos a desapropriação de qualquer propriedade, de qualquer tamanho, desde que não seja produtiva". Em tese, o projeto de Severo Gomes atende a esta linha de pensamento, ao condicionar a propriedade da terra ao cumprimento de sua "função social".

Esta função social é reconhecida quando, simultaneamente, a propriedade "é racionalmente aproveitada; conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente; observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho; e favorece o

bem-estar dos proprietários e trabalhadores que dela dependem".

## "Rolo compressor"

Por isso, o ponto central da controvérsia ficou por conta do Artigo 35 do projeto, pelo qual a simples "declaração de um imóvel como de interesse para fins de reforma agrária opera automaticamente a imissão da União na posse do bem, permitindo o registro da propriedade". Os liberais não admitem que a União possa iniciar imediatamente a ocupação de um bem rural sem que o proprietário possa antes contestar, na Justiça, os critérios adotados para a escolha do imóvel.

Este artigo, denuncia Cardoso Alves, dá ao Incra poderes para exercitar perseguições políticas, pressionar produtores e mesmo "cometer simplesmente burrices ou corrupção, promovendo a injustiça e prejudicando a produção nacional de alimentos". Mesmo não atendendo à esquerda do partido, que queria fixar limites para a propriedade rural, Severo Gomes apresentou um artigo que permite a limitação regional, a ser definida em lei.

Os limites da intervenção do Estado no domínio econômico é outro dos pontos que mais polarizaram os constituintes da Comissão da Ordem Econômica e que gerou o "rolo compressor antiestatizante" que derrotou integralmente o anteprojeto do relator da Subcomissão de Princípios Gerais, Virgildáσιο de Senna (PMDB-BA). Severo Gomes admitiu a alteração do conceito, definindo como "empresa brasileira ou nacional aquela constituída sob as leis brasileiras, que tenha sua administração sediada

no País e cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros".

Tal redefinição atendeu os liberais que não admitem, no entanto, a manutenção da figura da "reserva de mercado" para empresas nacionais nos setores considerados estratégicos, essenciais à autonomia tecnológica ou de interesse para a segurança nacional". Severo Gomes afirmou, durante as negociações, que não poderia abrir mão deste item. Mas sabendo que deverá ser derrotado, incluiu um outro artigo, que poderia, se aprovado, ter efeitos semelhantes. Este artigo condiciona compromissos multilaterais ou binacionais do Brasil de forma que não prejudiquem o desenvolvimento econômico ou a capacitação científica e tecnológica do País.

Também no título de princípios gerais da economia, Severo Gomes excluiu uma série de itens limitativos da propriedade e garantiu claramente o direito de propriedade e de sucessão hereditária, antes condicionados a limites a serem impostos por lei.

Também alterou o tratamento dado às pequenas e microempresas que, no projeto original, estariam isentas de normas federais, estaduais e municipais que verssem sobre matéria tributária, exceto quando nelas expressamente mencionadas. No projeto final, garante, apenas, tratamento especial.

Severo Gomes ainda optou por uma solução intermediária em relação ao monopólio do petróleo, limitando-o à lavra, pesquisa, refino, importação, transporte marítimo e em condutos, do petróleo e seus derivados e do gás natural, em Território Nacional, as refinarias privadas em funcionamento poderão continuar a trabalhar, por direito adquirido.

## Um ensaio da invasão de agosto

Ontem e hoje, o País assiste ao ensaio geral. A partir de agosto, quando a peça estreitar, será muito pior. O teatro poderá vir abaixo.

Fala-se da invasão da Assembleia Nacional Constituinte, literalmente tomada este fim de semana por grupos de pressão os mais variados. Desde a noite de quinta-feira, eles ocuparam posição nos corredores e gabinetes do palácio do Congresso, onde se realizam as votações dos pareceres e relatórios das oito comissões temáticas. Por enquanto, ao menos até ontem à noite, não chegaram a urrar, intimidar ou obstruir os trabalhos de maneira veemente ou ostensiva. Mas estão fazendo com que deputados e senadores passem de atores a espectadores temerosos. Grupos da CUT misturam-se a grupos da UDR, do Contag e de uma infinidade de associações e uniões conhecidas e desconhecidas. Jovens, velhos, barbudos, escanhoados, mal-vestidos e bem-vestidos, todos contribuem para transformar a Assembleia Nacional Constituinte num circo singular, onde os palhaços e as feras não estão no picadeiro, mas em volta dele. Há gaúchos de lenço vermelho no pescoço, bombachas e cartucheiros. Há lavradores de sandálias e camisas de meia. Há executivos de paletó e gravata. Todos aos magotes, atrapalhando o trânsito das pessoas, falando alto e prometendo que seus interesses não serão contrariados.

Grupos de pressão fazem parte da essência democrática e sempre funcionaram em torno dos parlamentos, mas o que vai ocorrendo é a distorção desse princípio, substituído pela baderna consciente e maliciosa a que se lançam interesses de todos os tipos. Os fatos agora registrados representam apenas o ensaio geral. Muito mais grave ficará a situação quando, a partir de agosto, os títulos, capítulos e artigos da nova Constituição começarem a ser votados em plenário. Agora, são simples relatórios preliminares. Depois, serão as decisões finais. As galerias poderão transformar-se em ringue de luta livre, com a inevitável decorrência de contagiarem os parlamentares, como sempre acontece nessas horas.

Não se esqueça o lado cômico da possível tragédia. Já ontem e hoje podem ser identificados, no meio da massa, camelôs, pedintes, senhoras de vida fácil, punquistas e toda uma fauna paralela mas não menos grosseira.

Anos atrás, numa situação similar, o presidente do Congresso, Nilo Coelho, foi aconselhado a pedir tropa federal para garantir os trabalhos legislativos. A guarda de segurança do Congresso, além de limitada, carece de know-how para enfrentar eventos assim. Telefonando para o então chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, o senador pernambuco

canou ouviu que seria atendido no momento em que quisesse. O Exército chegaria rapidamente lá. Bastaria mandar um ofício por escrito, requisitando soldados. Foi o que bastou para Nilo Coelho desistir. Ofício, não.

O mesmo drama será certamente vivido pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Ontem, ele determinou, meio à maneira de Pôncio Pilatos, que cada presidente de comissão decidisse sobre o que fazer, no caso de as votações serem atropeladas e interrompidas pelo tumulto e a pressão de grupos. O problema é que quando agosto chegar, não poderá mais adotar essa estratégia. A ele, e a mais ninguém, caberão as medidas necessárias à preservação da ordem e da segurança. Bem como da liberdade para o debate e a votação. E o presidente José Sarney, à maneira do ministro Leitão de Abreu, não fará por menos. Tropa federal para garantir os trabalhos, só com ofício assinado e protocolado pelo presidente da Constituinte.

Há quem veja paralelo entre os fatos de hoje e aqueles registrados em 1984, quando o Congresso foi votar a emenda Dante de Oliveira, das eleições presidenciais diretas. Acabaram chamando o ministro e o governo federal lançou mão das emergências constitucionais e designou o truculento comandante militar do Planalto para executá-las. Houve de tudo, de prisões, cerco castrense ao prédio do

Congresso e pancadaria. Até automóveis foram chicoteados pelo general Newton de Oliveira e Cruz, por conta das buzinas acionadas em sinal de protesto.

Será para a repetição disso que nos encaminhamos? Há um limite, em termos de ordem pública. Se acampamentos forem montados nos jardins do Congresso, e corredores poloneses formados por integrantes dos mais variados grupos, submetendo deputados e senadores ao constrangimento de ter de atravessá-los sob vaia, apupos e palavrões, não faltarão vozes a clamar outra vez pelas emergências. Afinal, elas estão em vigor, pelo texto da atual Constituição. E a nova República, coitada, irá ganhar a última de suas semelhanças com a velha.

Há tempo para providências, mesmo sem o recurso à tropa federal e, muito menos, às emergências, mas os acontecimentos de ontem e de hoje deixam todo mundo deprimido. Democracia também não é isso. Foi abandonada a idéia de uma reforma no plenário da Câmara dos Deputados, onde se reúne a Constituinte, de modo a isolar as galerias através de vidros grossos, à prova de som. Ulysses Guimarães tentou, mas sua tentativa foi obstada pelo PDS, sob o pretexto de gastos superfluos. Agitadores ululantes estão, assim, com campo aberto para paralisar os trabalhos através de simples gritaria, para não falar

nos petardos arremessados de cima, que jamais se limitam a simples bolas de papel.

Quando Flávio Márcilio presidia a Câmara, e vai outra inusitada comparação com o passado, fez evacuar as galerias e suspendeu por diversas vezes as sessões. Seria demais exigir da direção agora entregue ao PMDB uma atitude igual? O que importa, assim, é evitá-la, mas como? Fechar as portas da casa do povo ao próprio não parece fácil. Mas deixar que entre quem quiser pode até abalar as estruturas do prédio principal, construído no final dos anos 50. Distribuir senhas aos partidos, proporcionalmente à sua representatividade, seria uma solução? Mobilizar novos contingentes de guardas de segurança não dá, até porque a lei exige concursos públicos para qualquer vaga no funcionalismo da casa. Muita gente tem entrado pela janela, mas fica difícil aceitar apadrinhamentos quando se trata de recrutar seguranças.

Enfim, o ensaio geral está em pleno desenvolvimento e as lições a tirar dele não precisam, necessariamente, servir apenas a um dos lados. Os grupos de pressão sabem tudo sobre o regimento interno da Constituinte e dispõem de calendários e mapas tão minuciosos que poucos senadores e deputados conseguem dispor. Tudo dependerá de Ulysses Guimarães. Ou da sorte.

Carlos Chagas